

CONFERÊNCIAS DO CHIADO

12 de Fevereiro de 2019

ESTARÁ O OCIDENTE CONDENADO AO DECLÍNIO?

Luís Moita

Com alguma surpresa, assistimos à generalizada convicção do inexorável declínio do Ocidente. É um dos temas mais recorrentes do pessimismo contemporâneo. Raro é o dia em que os meios de comunicação não nos fazem chegar essa mensagem, a propósito dos mais diversos temas de actualidade. Motivos não faltam. Amontoam-se as razões, umas mais conjunturais, outras verdadeiramente estruturais. Da eleição de Donald Trump até à crise da Europa agravada pelo Brexit, desde a crise das dívidas soberanas até ao descrédito das instituições democráticas, desde a suposta degradação dos valores à perda de competitividade internacional, desde a emergência de potências não ocidentais até à deslocação do epicentro do poder mundial do Atlântico para o Pacífico. Tudo parece corroborar essa convicção, quase a transformando em evidência.

O diagnóstico adensa-se quando incide no caso da Europa. Ainda recentemente, há ano e meio, o jornalista britânico Douglas Murray publicou um título eloquente: *A Estranha Morte da Europa*. Porquê a morte? Porque o continente teria perdido a crença em si mesmo. Murray traz-nos à memória aquela frase do seu compatriota Toynbee: “as civilizações morrem por suicídio, não por assassinato” e, à sua maneira, faz-se eco do derrotismo evidenciado pelo francês Michel Houellebecq que ficcionou em *Soumission* (de 2015) a capitulação da Europa perante o islamismo: Mohamed Ben Abbas, um “enarca” membro do novo partido “Irmandade muçulmana”, vence na segunda volta a eleição presidencial em França de 2022 e instaura no país a teocracia, a sharia e a poligamia!

Será um mito urbano? Uma antevisão catastrofista? Convenhamos que a profecia nada tem de inovador, pois a verdade é que desde há um século o tema tem sido repetidamente glosado de forma insistente, por vezes em registo muitíssimo erudito. Ainda há pouco, ao preparar uma intervenção sobre um tema análogo, inventariei uma grande variedade de obras que concluem pela decadência da chamada civilização ocidental.

Faz agora precisamente 100 anos, em pleno rescaldo da Guerra Mundial, o alemão Oswald Spengler, com o país humilhado pelo Tratado de Versalhes, trabalhava no seu livro monumental *O Declínio do Ocidente, Esboço de uma Morfologia da História Universal*. Para ele as civilizações seguem o curso normal de crescimento, apogeu, declínio e desaparecimento, mas o caso da civilização ocidental, euro-americana, é especialmente sintomático, pois está sujeita a implodir, vítima da sua própria criatura, a técnica. Entretanto Paul Valéry publica *A Crise do Espírito* onde escreve nas primeiras linhas: “Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais”, e onde se interroga sobre a possibilidade de a Europa (“um pequeno cabo do continente asiático” ...) conseguir manter a sua proeminência. Dez anos mais tarde surge em Espanha *A Rebelião das Massas* do filósofo José Ortega y Gasset que atribui à massificação os motivos da crise social, pois produziu o “homem-massa”, de algum modo o sujeito alienado, o homem multitudinário talvez pervertido pela facilidade material, concluindo pela necessidade de refundar a Europa. Por coincidência, nesse mesmo ano de 1929, Sigmund Freud torna pública a sua obra *Mal-estar na Civilização*, diagnosticando uma espécie de “infelicidade” nos nossos tempos e, ainda no mesmo ano, o historiador holandês Johan Huizinga denuncia o processo de “barbarização” que assola a Europa, dominada pela irracionalidade no pensamento e na política, que nem sequer o progresso técnico salva da decadência

civilizacional. Mais tarde, em 1951, será um político belga flamengo, Hendrik de Man, com um itinerário estranho desde o marxismo até ao quase-fascismo, que lança um livro, escrito em alemão, *A Era das Massas e o Declínio da Civilização*.

Já mais perto de nós, o historiador conservador escocês Niall Ferguson ganhou notoriedade ao publicar em 2011 um título que se celebrizou: *Civilization: The West and the Rest*, e no ano seguinte *A Grande Degeneração – Como as instituições se degradam e a economia morre*, tornando-se talvez no principal arauto do declínio do Ocidente.

Uma coisa, porém, chama a nossa atenção: quando se fala de Ocidente, em rigor de que se trata? O termo aparece envolto numa nebulosa de significados vários, como um largo espectro de múltiplos registos. Tentando penetrar nessa floresta, analisemos as possíveis visões.

A oposição Oriente/Ocidente corresponde, ao nível mais primário, a uma visão solar, digamos astrofísica. Oriente e Ocidente como lugares do levante e do poente, do nascer ao zénite e deste ao pôr-do-sol. O Ocidente seria então um simples ponto cardeal, mas com acentuadas cargas simbólicas. A leste, a luminosidade, a oeste, o caminho para o ocaso. O Ocidente representaria o movimento crepuscular em direcção à noite, a tendência para o escuro, expressa na frase que Shakespeare pôs na boca do personagem de “António e Cleópatra”: *we are for the dark*, existimos para a escuridão, vivemos para o ocaso, o nosso destino é a ausência de luz, sobrecarregando de dramatismo a ideia de Ocidente.

Todavia o Ocidente é também um dado geográfico e cartográfico. O hemisfério ocidental seria então o “novo mundo”, as Américas, o que pressupõe a Europa como centro do mundo (por alguma razão ali passa o meridiano zero, no Observatório Real de Greenwich...). Na própria Europa, aliás, se poderia distinguir a Europa Ocidental da *Mitteleuropa*, a Europa Central (um conceito não apenas geográfico, mas eminentemente político) e, mais longe, a Europa Oriental. Para lá disso, no planisfério, estarão o Próximo, Médio e Extremo Orientes... Essas topografias mais acentuam o carácter eurocêntrico das cartografias correntes: tanto os nossos mapas de papel como os nossos mapas mentais colocam a Europa no centro do universo (e reecemos abdicar disso...).

A estas visões solar e geográfica soma-se uma visão histórica, também ela simples: Oriente e Ocidente serviram para designar as duas partes em que se dividiu o Império Romano a seguir ao declínio da Roma, a Ocidente, sendo que o Império Bizantino do Oriente, justamente com a sua cabeça em Bizâncio, perdurou durante mil anos, desde o século V até à conquista de Constantinopla pelos turco-otomanos, em 1453. Esta separação que começou por ser imperial haveria de se traduzir numa rotura religiosa, com o Cisma do Oriente pouco depois do ano 1000: o cristianismo cinde-se em católico e ortodoxo, criando uma fractura que perdura até aos nossos dias. As mesmas raízes religiosas, apesar de serem diminutas as divergências doutrinárias, dividem-se em duas atmosferas espirituais. Com o andar dos séculos o cristianismo ocidental foi evoluindo para a crescente laicidade dos Estados, enquanto o ortodoxo manteve significativa proximidade ao poder político, como ainda hoje é patente em Atenas, Kiev ou Moscovo. E já Dostoiévsky exaltava a ortodoxia russa em contraponto com a cegueira do ocidente, enquanto hoje mesmo Moscovo não desiste de desempenhar o papel religioso de nova Roma. Nesta esfera de espiritualidade religiosa, podemos recordar a antiga expressão “ex Oriente lux”, do Oriente vem a luz, reportando-se não apenas ao sol nascente, mas sobretudo a ressonâncias místicas, sejam as sabedorias orientais, seja Jerusalém como cidade santa para iluminação dos crentes. Haveria assim uma espécie de superioridade mítica do Oriente sobre o Ocidente, sendo este o beneficiário da luminosidade recebida.

Segundo uma visão culturalista, caracteriza-se habitualmente o Ocidente como herdeiro de tradições milenares e podem ser duas as raízes invocadas: ora a tradição judaico-cristã,

vincando neste caso a matriz religiosa da identidade ocidental, ora a tradição greco-latina, sublinhando da Grécia a filosofia e a democracia, de Roma o ordenamento jurídico. Algumas leituras tentam a junção destas duas linhas e identificam duas obras fundamentais na constituição da cultura ocidental: a Bíblia e a Odisseia, a narrativa grandiosa da história sagrada e essa outra epopeia do grego Ulisses, cujo itinerário heroico é definido pela partida para a guerra e pelo regresso a casa (no grego, *polemos* e *nostos*), desenhando nesse movimento de ida e volta o destino trágico e triunfal do ser humano.

Próxima desta, temos a visão civilizacional, vulgarizada por Samuel Huntington: o Ocidente delimitaria uma área cultural bem demarcada, unindo a Europa Ocidental à América do Norte (apesar de cristã, a América Latina seria uma civilização diferente...), subsistindo hoje com outras áreas civilizacionais: a eslava-ortodoxa, a africana, a sínica, a nipónica, a hindu, a budista, a islâmica. A particularidade desta tese, como é bem-sabido, está em que as manchas civilizacionais, definidas essencialmente pela componente religiosa, subsistem em rota de colisão – o célebre choque de civilizações – explicando assim a densa conflitualidade contemporânea. E a civilização ocidental, fragilizada, estaria sob ameaça de um confronto com a islâmica e, pior ainda, se a China – o perigo amarelo – se vier a aliar ao mundo islâmico contra o Ocidente!

A estas sucessivas leituras soma-se a visão política, designadamente aquela que, apesar de anacrónica, persiste ainda meio escondida no discurso de alguns: houve um tempo em que o Ocidente era equiparado ao “mundo livre”, por oposição ao campo socialista. Mesmo que se tratasse de ditaduras ferozes, não fazia mal, pertenciam ao mundo livre. Hoje a expressão reaparece, nem que seja inconscientemente utilizada, insinuando inconfessadamente que os ocidentais ocupam o lado bom do mundo.

Isto vale sobretudo quando a visão política se articula com a visão económica. Nesta óptica, o Ocidente é suposto coincidir com o espaço económico da economia de mercado, ou seja, dos países desenvolvidos, daqueles que compõem o clube dos ricos, institucionalmente integrados na OCDE. E então, a cartografia alarga-se de modo relevante, já que aos dois espaços da Europa Ocidental e da América do Norte se juntam agora o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, talvez um pouco a África do Sul. Ocidente, Extremo Oriente e Oceânia são membros de pleno direito do clube capitalista!

Porventura próxima desta, há uma impressionante visão securitária ou mesmo estritamente militar, segundo a qual o Ocidente teria o seu músculo concentrado e consagrado na aliança transatlântica. Mais: não uma mera aliança à maneira antiga, mas uma organização militar do Tratado do Atlântico Norte. Aí o Ocidente afirma-se claramente euro-americano e dispõe de meios de violência nunca imaginados, com os seus dispositivos de defesa ou ataque em permanente prontidão. A NATO como braço armado do Ocidente, o Ocidente como potência militar de primeiro plano.

Vimos assim como são diversas e raramente coincidentes as visões do Ocidente: visão solar, visão geográfica, visão histórica, visão religiosa, visão cultural, visão civilizacional, visão política, visão económica, visão militar. Com razão falamos de nebulosa. Um caleidoscópio onde por vezes se manifesta certa coerência, a qual convive com desfocagens políticas e não poucas contradições geográficas.

Apesar desta sobreposição de significados tantas vezes desconexos, é aceitável admitir que o Ocidente é um conceito algo atmosférico, possivelmente identificado com a zona do mundo onde predominam sociedades abertas de regimes democráticos, inseridos numa economia de mercado, sociedade liberais – com apreço pela livre escolha dos cidadãos – onde prevalece a laicidade e o Estado é não confessional, sendo ao mesmo tempo o garante da protecção social,

sociedades nas quais se dá a confluência do individualismo (herdado do iluminismo) e da tecnociência. Como se vê, uma noção difusa e não topográfica, uma noção aproximativa e de fronteiras indefinidas. Se temos de falar de Ocidente, aceitemos esta hipótese de trabalho, sem esquecer que a generalidade dos pronunciamentos, ao falar de decadência do Ocidente, está a pensar na Europa ou então no tal mundo euro-americano.

Seja como for, parece evidente que a ideia de Ocidente é uma construção mental. Semelhante à justificada pelo intelectual palestino Edward Said no seu livro “Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente”. Quem sabe se o Ocidente não é uma invenção de si próprio. De qualquer maneira é forma de representação, necessariamente sujeita a revisão e a crítica. Mas então, confirma-se que este Ocidente está condenado ao declínio?

Razões não faltam para esta convicção. As mais comuns são as de natureza económica, com as reiteradas previsões para o ano de 2050, quando é suposto as grandes potências ocidentais serem ultrapassadas nos indicadores econométricos por países de outras latitudes. A tradicional superioridade do Ocidente teria assim os dias contados. Porventura associada a esse processo, alguns referem a crise do capitalismo, de que a falência do Lehman Brothers e a posterior especulação em torno das dívidas soberanas foi o mais recente episódio, enquanto outros anunciam o próprio fim do capitalismo, vítima das suas insanáveis contradições, arrastando o Ocidente na sua derrocada.

A braços com terríveis problemas demográficos, laborais, energéticos e ambientais, o Ocidente veria assim desvanecer-se a sua proeminência no panorama mundial, somando-se isso ao profundo trauma histórico que foi o desmoronar dos impérios, o austro-húngaro e o otomano logo após 14-18, os restantes após 45. A verdade é esta: há 100 anos o mundo era europeu e imperial, hoje não é uma coisa nem outra. Pelo contrário, a Europa vê-se confrontada com a ascensão de áreas rivais, numa competição agora globalizada.

Muitos consideram que podemos estar a assistir, por força de lideranças irresponsáveis, ao desmantelamento do sistema internacional que vigorou desde o após guerra, corroendo-se o consenso em torno de princípios basilares, como sejam a inviolabilidade dos direitos democráticos, o imperativo do acolhimento de refugiados, o respeito pelas instituições multilaterais que regulam a convivência entre as nações. Nesta enxurrada, quantas coisas se perderão das nossas melhores tradições?

A estes indicadores económicos e geopolíticos acrescentar-se-iam questões de maior densidade. Os povos estariam ameaçados por não poucos excessos, a obesidade pelo excesso alimentar, a catástrofe ecológica pelo excesso de acção predadora sobre a natureza, a recessão económica pelo excesso de concentração da riqueza, a insegurança pelo excesso de violência fundamentalista, a vulnerabilidade do sistema imunitário pelo excesso de antibióticos, o desequilíbrio quotidiano pela saturação tecnológica, o perigo de liquidação da espécie humana pelo excesso de armamento nuclear. O Ocidente poderia perecer por overdose. Por alguma razão o sociólogo alemão recentemente falecido – Ulrich Beck – falava da “sociedade de risco”, pois nos nossos tempos se multiplicam as ameaças, não tanto as de origem natural, como sobretudo as derivadas das condutas humanas, os nossos sistemas produtivos, os nossos comportamentos sexuais, os nossos consumos energéticos, as nossas políticas armamentistas...

Para muitos haveria uma crise de valores, numa sociedade dominada pela perda de referências transcendentais e religiosas (a morte de Deus proclamada por Nietzsche), pelo consumismo, pelo hedonismo e o imediatismo dos prazeres e dos benefícios, pelo individualismo que condena cada um à solidão, mesmo quando está conectado com a multidão. Mais ainda, as nossas sociedades teriam as suas instituições perigosamente corroídas. O diagnóstico de Alain

Touraine, em 2015, não pode ser mais alarmista: “Estamos confrontados com esta evidência: com a decomposição do capitalismo industrial, todas as instituições sociais, a família, a escola, a cidade, os sistemas de protecção e de controle social, a empresa, a própria política perdem o seu sentido”. A palavra forte que fica na nossa memória é exactamente: decomposição. Decomposição das instituições.

No inventário desta sucessão de pontos críticos, há um particularmente relevante e diz respeito ao potencial militar. O historiador inglês já citado, Niall Ferguson concedeu uma entrevista ao Expresso em 12 de Dezembro de 2015. À pergunta: “Fala e escreve muito sobre o declínio actual do Ocidente. Qual o papel que vê para a civilização ocidental neste século XXI?”, ele responde: “O Ocidente já não existe, acabou... é algo que perdeu significado e importância”. Insistência do entrevistador: “Não existe? Mas as nossas instituições continuam a ser copiadas”. Nova resposta: “Veja-se a relação cada vez mais distante entre Europa e EUA. A Europa está de tal forma desmilitarizada que é incapaz de levar a cabo acções militares por si só. O declínio europeu parece-me irreversível”.

Este último argumento merece um comentário. Vejamos: Europa desmilitarizada, logo declínio europeu. Mas atenção: Europa desmilitarizada? Contabilizou-se o somatório dos 28 exércitos dos países-membros da União Europeia? Teve-se em conta que dois deles são detentores de alguns dos maiores arsenais nucleares do mundo? É certo que paira alguma incógnita sobre o futuro da aliança transatlântica, não sendo hoje impensável o cenário de um afastamento da área anglo-americana em relação aos países continentais. Como é certo que as potências europeias têm certo défice de capacidade de projecção de forças a distância, mas nem isso limita o seu gigantesco poder, nem impede que o tal Ocidente euro-americano tenha um poderio militar incomparável. Porquê então invocar a suposta desmilitarização? Nostalgia dos tempos imperiais?

A apregoada decadência do Ocidente poderia ainda estar associada ao carácter crescentemente problemático do sistema económico. O complexo financeiro, ao distanciar-se da economia real, ao tornar-se essencialmente aventureiro e especulativo, ameaçaria os equilíbrios económicos, com os seus ritmos depressivos, agravando a miséria de multidões. Essa crise da economia de mercado poderia arrastar consigo a superioridade da próspera área ocidental. Mas o capitalismo, nascido na Europa há 500 anos, primeiro mercantil, quando o comércio dominava e os Estados eram cidades, tornou-se industrial, quando a indústria modelou as sociedades e os Estados nacionais se impuseram, transforma-se hoje na sociedade informacional, subsistindo em sistemas reticulares, esse capitalismo triunfou de tal modo que quase se globalizou, atraindo para si os vastos espaços que se presumiam pós-capitalistas e as não menos vastas áreas que subsistiam em formações pré-capitalistas. É sabido que alguns anunciam a implosão desse filhote do Ocidente que é o capitalismo, vítima das suas próprias contradições. Mas a verdade é que ele parece mais pujante que nunca, recuperando mesmo formas selváticas, características dos seus tempos áureos.

Em suma, é inegável que pesam sobre as nossas sociedades demasiados factores críticos, legitimando as mais conturbadas inquietações. Mas será um processo de decadência que venha a reduzir-nos à insignificância? Estará o Ocidente condenado ao declínio?

Sinceramente, não o creio. Há 100 anos que esse declínio é anunciado, sem confirmação. Do ponto de vista geopolítico e geoeconómico, as percas do Ocidente são absolutas ou comparativas? O ascenso de potências orientais, primeiro o Japão, depois os quatro “tigres” – Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura –, agora a China e a Índia, é uma ameaça? Não será antes uma saudável reequilibragem do sistema mundial, já sem supremacia ocidental?

Não deveremos antes saudar o alargamento das áreas da prosperidade inserindo-se agora em antiquíssimas civilizações?

O que se passa é que houve uma espécie de convulsão nos pontos cardeais da nossa visão do mundo. Até há pouco, os quadrantes pareciam arrumados: no norte industrializado, a Leste o campo socialista, a Oeste a área capitalista; a sul os subdesenvolvidos... Escusado será acrescentar que o centro dominante era o quadrante norte-ocidental. Assistimos ao colapso desta visão, constatámos irromperem, no sul subdesenvolvido, economias extrovertidas de crescimento rápido. E vemos zonas imensas, até há pouco deprimidas, aproximarem-se dos padrões, aliás nem sempre recomendáveis, das sociedades ditas mais avançadas. Por isso usei o termo de possível reequilibragem, sabendo que qualquer suposto equilíbrio é feito de mil desequilíbrios.

A morte da Europa ou a decadência do Ocidente são provavelmente anúncios precipitados, por mais notórias que sejam as assimetrias, as disfunções, as feridas e mesmo as aberrações. Em 1945, com o continente destroçado pela segunda guerra, quando ainda fumegavam os fornos crematórios, Raymond Aron dizia que o fim da Europa era o seu princípio, momento de refundação, quanto mais não seja porque “pela primeira vez na história, os Estados europeus não podem fazer a guerra entre si, sob pena de cometerem suicídio”. Os desastres também podem ser oportunidades.

Tenho consciência de que a minha maneira de pensar este problema foi influenciada pela leitura de uma revista chilena a que ocasionalmente tive acesso. Tinha acabado de sair o já referido livro de Niall Ferguson sobre a decadência do mundo ocidental. O peruano Mario Vargas Llosa comentava nestes termos essa obra: Ferguson omitiu o “principal traço distintivo da cultura ocidental”, o “espírito crítico”, que lhe permitiu “renovar-se sem tréguas”. “A cultura ocidental é a única que, ao longo da sua história, teve no seu seio talvez tantos detractores e impugnadores quanto defensores, e entre aqueles contam-se um bom número dos seus pensadores e artistas mais lúcidos e criativos. (...) O Ocidente, ou melhor os espaços de liberdade que a sua cultura permitia, teve sempre nos seus filósofos, nos seus poetas, nos seus cientistas e desde logo nos seus políticos, ferozes impugnadores das suas leis e das suas instituições, das suas crenças e das suas modas”.

Pode ser, acrescento eu agora, que o segredo da força e da longevidade da cultura ocidental, à maneira de um sistema imunitário, esteja nesse espírito livre e crítico, na sua plasticidade, no seu sistema adaptativo próprio das sociedades abertas, na sua inventiva nas ciências e nas artes, no dinamismo das suas redes de sociabilidade. Quase me permitiria acrescentar que a capacidade de revolta é talvez uma das condições da sua sobrevivência, como se o inconformismo da rebelião fosse o anti-vírus, o antídoto contra a decadência.

E mesmo as nossas ruínas são lugares de extrema beleza, desde Stonehenge em Amesbury, até ao Vale dos Templos em Agrigento, levando-nos a pensar que, a seguir a um fim, há um novo princípio.

Somos filhos da independência americana e da revolução francesa, da tradição filosófica do iluminismo, de descobertas científicas poderosas, da física quântica, da insurreição estética do surrealismo, das teorias da complexidade, de profundas refundações institucionais. Mesmo quando oprimimos outros povos, soubemos permutar e recolher contributos civilizacionais de primeira grandeza. Foi pelos árabes que conhecemos a filosofia grega e agora absorvemos avidamente as sabedorias orientais. E muitos dos nossos heróis de hoje não são em rigor ocidentais, podem ser o sul-africano Mandela, ou o tibetano Dalai Lama, ou o argentino

Francisco. Não devemos reivindicar qualquer espécie de superioridade do Ocidente, nem muito menos ambicionar algo que se assemelhe ao passado imperial. Mas também não devemos aceitar que alguns profetas nos reduzam a um tempo crepuscular.

Numa palavra: estará o Ocidente condenado ao declínio? Talvez não, porque, por mais sentidos que tenha a palavra Ocidente, ela não é necessariamente sinónimo de ocaso.